



SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA: AÇÃO, ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

BRAZILIAN CIVIL SOCIETY: ACTION, ARTICULATION AND MOBILIZATION

Ieda Maria da Silva Pinto Barbosa¹

Resumo: Este artigo analisa as formas de organização e mobilização da sociedade brasileira para o atendimento das demandas da população carente. No desenvolvimento deste texto serão diferenciados os vários tipos de organizações não governamentais – assistencialistas, desenvolvimentistas e cidadãos – e os contornos da articulação entre o Estado, o mercado e a sociedade civil.

Palavras-chave: Sociedade Civil. Mobilização Social. Cidadania. Brasil.

Abstract: This article analyzes the organization and Brazilian social mobilization manners in the poor population demands assistance. In the development of this text will be differentiated the organizations nongovernmental manners – care, developmental and citizens – and the articulation manners between State, market and civil society.

Keywords: Civil Society. Social Mobilization. Citizenship. Brazil.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é mostrar que a ação da sociedade civil, no que se refere à mobilização, organização e articulação, tende a ser tão diversificada quanto a sociedade como um todo. É importante que aqueles que se dedicam à produção do conhecimento atentem para as várias formas assumidas pelas organizações não governamentais (ONGs), e não se coloquem à margem das questões sociais.

Muitas vezes, essas ONGs sofrem pressão ou resultam de posturas aparentemente inconciliáveis – assistencialista, desenvolvimentista e cidadã –, e essa diversidade sugere a existência de diferenças ideológicas significativas. Assim, faz-se necessário identificar qual dessas três formas estimularia a participação política ativa consciente e responsável, pois qualquer ação que leve à emancipação popular, e resgate a dignidade da vida humana, deve ser apoiada.

Não é intenção deste trabalho apontar culpados ou propor soluções “mágicas” para os problemas sociais. A

proposta deste estudo é indicar a importância de assumir uma postura responsável no que se refere à vida em sociedade. A isenção de responsabilidade é uma alternativa inaceitável e agrava as crises sociais. Todos – Estado, mercado e sociedade civil –, sem exceção, são co-responsáveis pelos problemas e pela construção de soluções.

ONGS: ASSISTENCIALISMO, DESENVOLVIMENTISMO E CIDADANIA

Atualmente, a sociedade civil organiza-se no sentido de atender às demandas da população carente. Muitas vezes essa mobilização tem como fundamento a filantropia, mas, não raro, assume uma postura reivindicatória de característica política. Quando o estímulo é afetivo, essas organizações agem de maneira assistencialista, podendo criar uma dependência real por parte de seus assistidos. Assim, embora essas organizações não governamentais (ONGs) se assumam como cidadãs, esse perfil assistencialista tende a afastá-las dos princípios

1-Mestre em Educação – Especialista em Planejamento e Desenvolvimento Regional; Estudos Brasileiros; Teoria da Comunicação Humana; e Avaliação à Distância – Graduada em Estudos Sociais; Ciências Sociais; e Pedagogia – Professora de Antropologia; Sociologia; Sociologia da Educação; e Políticas Educacionais – **Universidade Guarulhos (Unidade Guarulhos-Dutra)**, Av. Anton Philips, n.º 1, Vila Hermínia – Guarulhos / SP – CEP 07030-010 – <http://www.ung.br> – e-mail: ibarbosa@prof.ung.br; iedaprof@ig.com.br



democráticos de participação.

Diferentes das ONGs assistencialistas, as ONGs desenvolvimentistas seguem o princípio da racionalidade econômica, característica fundamental da mundialização do capital. Essas ONGs possuem uma orientação neoliberal, cuja prioridade é a modernidade, o que nem sempre é prioridade popular. Ao que parece, as ONGs de perfil desenvolvimentista tem como foco de sua preocupação a inserção do Brasil no mercado internacional. Isso não significa, necessariamente, que o papel social dessas organizações seja desprezível, e sim que seu foco é o mercado externo.

Segundo Lopes (2004:57-58), “a relação entre o Estado e as ONGs, no plano da administração pública, remete necessariamente ao princípio, ao planejamento e à execução da gestão das políticas sociais públicas – refere-se, aqui, ao campo específico das ações das ONGs cidadãs, não das ONGs assistencialistas ou desenvolvimentistas”, pois as ONGs cidadãs assumem um papel político complementar no que se refere ao desenvolvimento de cidadania e garantia dos direitos sociais.

Essa complementaridade se dá por meio de ações efetivas, no que se refere à organização da sociedade civil, pois nesse caso não está clara a diferença entre assistentes e assistidos, sendo que todos os envolvidos no processo são parte integrante do mesmo contexto social. Esse todo coeso possibilita que os projetos sejam realistas e atendam de forma objetiva às demandas comunitárias. Nesse caso, a consciência comunitária garante que ação da organização se desenvolva segundo os princípios democráticos de participação (Pogrebinschi, 2004).

BRASIL: FILANTROPIA E CARIDADE

O desafio social brasileiro é imenso, pois o país se caracteriza pela diversidade cultural, social, política e regional. É na diversidade que os problemas se instalam e é também de forma diversificada que as soluções devem ser apresentadas. Problemas como alfabetização, profissionalização, saúde, fome, seca, habitação, etc. não podem ser tratados de forma unificada, já que sofrem variação de comunidade para comunidade.

Drummond & Mattos (2005:177) afirmam que “a discussão nacional sobre a resolução das complexas questões presentes na estrutura social brasileira e o seu desenvolvimento em bases sustentáveis tem destaque, dentre outras noções, as de co-responsabilidade e complementaridade entre as

ações efetivadas pelos diversos setores atuantes no campo social”. Portanto, o Estado, o mercado e a sociedade civil são co-responsáveis pelo fracasso ou pelo sucesso das ações comunitárias.

Em oposição à consciência política, muitas ações assumidas pela sociedade civil têm sua origem no conceito de filantropia ou de caridade, sendo a caridade comum às ONGs de origem religiosa e, a filantropia, o princípio norteador das ONGs que assumem funções assistencialistas. Mas como distinguir a filantropia da caridade? Será que ambos os conceitos equivalem em sua essência? Será que a filantropia e a caridade dificultam a elaboração de uma consciência cidadã crítica?

Para Sanglard (2003:1095-1096) “a filantropia pode ser entendida (...) como a laicização da caridade cristã (...). Talvez a maior diferença entre ambos os conceitos esteja não na ação propriamente dita, mas nos meios de realizá-la, pois a caridade, por ser obra piedosa, pressupõe a abdicação de toda vaidade de seu autor; propugnando o anonimato como valor máximo, enquanto que a filantropia, por ser um gesto de utilidade, tem na publicidade sua arma”. A partir dessa diferenciação, podemos concluir que a caridade está fundamentada no altruísmo, ao passo que a filantropia pode ser utilizada de forma tendenciosa, ou seja, para a autopromoção.

Parece estranho, mas o estudo de Sanglard (2003) nos leva a acreditar que existem dois tipos de assistencialismo: o caridoso altruísta e o filantrópico autopromocional. Isso explicaria porque Fuks, Perissinotto & Ribeiro (2003:127) afirmam que “grande parte dos prestadores oriundos de entidades filantrópicas buscam nos conselhos municipais recursos públicos destinados a ações assistenciais e, nesse sentido, estão muito mais voltadas para os seus interesses, por assim dizer, corporativos, do que para as questões mais amplas da luta política”.

Engana-se quem acredita que por meio de doações materiais é possível garantir vida digna à população carente. Parafraseando a música “Comida” (Antunes, Britto & Fromer, 1987), a carência não só de comida, não só de bebida, não só de dinheiro, mas é também, de prazer, de diversão, de arte, de amor, de felicidade, de dignidade, de alternativas, ou seja, carência de vida na sua plenitude.

Ações emergenciais não podem ser confundidas com políticas sociais de restituição da dignidade humana. As ações emergenciais visam reduzir o impacto de uma condição de carência temporária. Nos casos da carência contínua, são



necessárias políticas sociais construtivas que garantam que a própria população tenha condição de assumir seu papel político e social, seguindo os princípios de cidadania participativa responsável.

No Brasil, a “postura assistencialista, via de regra, usada como sinônimo de filantropia, consiste na prestação de um auxílio material ou financeiro destinado a atender uma problemática imediata tal como alimentação, saúde, habitação, dentre outras. A prática clientelista envolve uma relação de dominação e dependência estabelecida entre quem detém o poder sobre os serviços sociais e os usuários” (Rico, 2004:74). Esse laço de dependência dificulta a construção de um projeto de emancipação popular e estabelece um processo de acomodação “solidária” entre “filantropos” e carentes.

PARCERIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

A ideologia neoliberal do Estado mínimo (Freitas, 2002) agrava o problema da pobreza e contribui, de forma significativa, para o desamparo social. O cenário desolador que abate a população carente sensibiliza diversos setores da sociedade e promove a mobilização social no combate à pobreza. Nesse processo, o Estado se isenta da responsabilidade social e se compromete com a modernização econômica, fato que intensifica as desigualdades sociais nos países subdesenvolvidos.

“Se os governos não têm assumido suas responsabilidades, para garantir o mínimo social necessário para todo o cidadão, abre-se um espaço público no qual organizações comunitárias, entidades assistenciais, ONGs (organizações não governamentais) e fundações empresariais começam a buscar formas de reduzir a pobreza e fortalecer a democracia nas sociedades subdesenvolvidas” (Rico, 2004:79).

Uma das formas mais democráticas de organização social na busca de alternativas para as crises sociais são as parcerias. A parceria consiste na reunião dos diversos segmentos da sociedade para a exploração de interesses em comum. Se o que mobiliza essa união são os mesmos objetivos, não há hierarquia de interesses nesse tipo de relação solidária, o que garante igual participação e importância de todos.

Segundo Soares (2004:3), “as organizações, a partir de uma postura dita socialmente responsável, vêm empreendendo ações sociais que vão desde a tradicional filantropia até parcerias com o terceiro setor, e incluem programas de voluntariado empresarial e de proteção ao meio ambiente,

além da instituição de códigos de ética que visam regulamentar a conduta de seus membros”.

A parceria não coloca o Estado à margem das questões sociais, muito embora essa possa ser a percepção superficial da questão. O fato de a sociedade se organizar em parcerias indica uma intencionalidade de influir, de forma participativa, nas questões concernentes à dignidade humana. Ser parceiro é “trabalhar junto”, é colaborar na construção de uma sociedade mais justa e humanitária. Para esse fim, nenhum segmento da vida em sociedade pode se eximir de sua responsabilidade, nem mesmo o Estado.

“O que antes era uma tarefa dos governos passou a ser visto como uma obrigação de todos. A consciência da necessidade de eliminar do mundo a mancha da fome, da falta de acesso à educação, à saúde e à garantia dos direitos humanos básicos é, hoje, generalizada. Com certeza, no Brasil, existe disposição para não mais se aceitar a enorme desigualdade que, tradicionalmente, vem marcando nossa sociedade” (Cardoso, 2004:42).

ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

A universidade, como centro produtor e difusor de conhecimento, deve se colocar a serviço da comunidade, pois o conhecimento pelo conhecimento é vazio, inócuo e perdido. Não é possível que diante de tantos desafios, a universidade se coloque à margem das demandas sociais. Respondendo a elas, a universidade redescobrirá sua vocação mobilizadora e inovadora. (Trevizan, 2000). “As novas formas de participação e mobilização abriram as portas para as parcerias entre governos (locais, estaduais ou federais) e ONGs, empresas (grandes e pequenas), universidades e associações de vários tipos” (Cardoso, 2004:46).

Segundo Selli (2006:240), “*as dimensões social e política estão indissociavelmente presentes na relação solidária. Assim, a solidariedade não se esgota enquanto relação típica da sociedade civil. Ao contrário, possui um elemento político que tem como referência o Estado. A capacidade de entender essa dimensão política, que se refere à cidadania e à possibilidade de intervir de forma ativa na definição de políticas públicas, também caracteriza essa dimensão crítica do trabalho voluntário*”.



Scherer-Warren (2006) entende a sociedade atual como “tripartida”: Estado, mercado e sociedade civil. É da articulação entre essas três partes que se dão os contornos da mobilização social. Essa articulação é complexa: a sociedade civil não compõe um todo homogêneo enquanto proposta ou prioridade. Já o mercado e o Estado se pautam segundo os mesmos princípios de racionalidade. Assim, de um lado temos Estado e mercado, regidos pela máxima da racionalidade, e por outro encontramos a sociedade civil, muitas vezes com dificuldade de encontrar um único eixo norteador.

A articulação da sociedade civil é tão complexa, que um mesmo objetivo, como o combate à fome, pode ter resultados diferentes dependendo da parcela da sociedade civil que se organiza: “Enquanto as mães pobres trabalham na Pastoral para seus filhos, as classes médias que se mobilizam em campanhas contra a fome acabam sendo as mais beneficiadas pelo aumento da auto-estima e mesmo do exercício da cidadania. O grave é que este voluntariado, muitas vezes amador (que não é o caso da Pastoral), tem poucas condições, por melhores que sejam as intenções, de serem eficazes nas ações em que se envolvem” (Pinto, 2005:222).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil, no que se refere à construção de uma sociedade mais justa, ainda tem um longo caminho a percorrer. A população que padece com a pobreza e com a exclusão social merece maior atenção de todos os seguimentos sociais. É urgente possibilitar que as pessoas apartadas de uma vida digna resgatem sua auto-estima. Ações isoladas, de caridade ou filantropia, aliviam de forma provisória uma situação de carência continuada. Uma política social que estimule a emancipação popular, a consciência comunitária e a participação democrática pode ser o norte para a concepção de uma nova sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Arnaldo; BRITTO, Cedeu; FROMER, Marcelo. Comida. Intérprete: Titãs. In: TITÃS. **Jesus não tem dentes no país dos banguelas**. Manaus: WEA, 1987. 1CD. Faixa 2.
- CARDOSO, Ruth. Sustentabilidade: o desafio das políticas sociais no século 21. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 18, n. 2, abri./jun. 2004 p. 42-48.
- FREITAS, Luiz Carlos de. A internalização da exclusão. **Educ. Soc.**, Campinas, SP, v. 23, n. 80, set. 2002. p. 299-325.
- FUKS, Mario; PERISSINOTTO, Renato Monseff; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Cultura política e desigualdade: o caso dos conselhos municipais de Curitiba. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, PR, n. 21, nov. 2003. p. 125-145.
- LOPES, José Rogério. Terceiro setor: a organização das políticas sociais e a nova esfera pública. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 18, n. 3, set. 2004. p. 57-66.
- MATTOS, Solange Maria da Silva Nunes; DRUMMOND, José Augusto. O terceiro setor como executor de políticas públicas: Ong’s ambientalistas na baía de Guanabara (1990-2001). **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, PR, n. 24, jun. 2005. p. 177-271.
- PINTO, Céli Regina Jardim. A sociedade civil e a luta contra a fome no Brasil (1993-2003). **Soc. Estado**, Brasília, DF, v. 20, n. 1, abr. 2005. p. 195-228.
- POGREBINSCHI, Thamy. A democracia do homem comum: resgatando a teoria política de John Dewey. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, PR, n. 23, nov. 2004. p. 43-53.
- RICO, Elizabeth de Melo. A responsabilidade social empresarial e o Estado: uma aliança para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 18, n. 4, out./dez. 2004. p. 73-82.



SANGLARD, Gisele. Filantropia e assistencialismo no Brasil. **Hist. Ciênc. Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, dez. 2003. p. 1095-1096.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Soc. Estado**, Brasília, DF, v. 21, n. 1, abr. 2006. p. 109-130.

SELLI, Lucilda; GARrafa, Volnei. Solidariedade crítica e voluntariado orgânico: outra possibilidade de intervenção societária. **Hist. Ciênc. Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, jun. 2006. p. 239-251.

SOARES, Gianna Maria de Paula. Responsabilidade social corporativa: por uma boa causa!?. **RAE Electron.**, São Paulo, v. 3, n. 2, dez. 2004. p. 1-15.

TREVIZAN, Salvador dal Pozzo. Ciência, meio ambiente e qualidade de vida: uma proposta de pesquisa para uma universidade comprometida com sua comunidade. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, jan./març. 2000. p. 179-186.